

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	451.388	494.962	510.467	523.356	Fornecedores	16	218.573	158.375	297.150	212.777
Aplicações financeiras	8	160.487	131.309	160.487	131.309	Empréstimos e financiamentos	17	67.824	150.770	180.077	226.371
Contas a receber de clientes	9	433.456	364.634	505.858	426.573	Obrigações renegociadas de controladas	18	-	-	14.758	13.367
Estoques	10	198.200	183.878	351.023	295.885	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	64.745	61.854	98.897	88.021
Impostos a recuperar	11	15.886	13.451	27.959	24.685	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	7.183	4.859	11.436	8.847
Despesas antecipadas		6.293	3.187	11.433	5.783	Dividendos e juros sobre o capital próprio	21	843	495	843	495
Outros créditos		26.241	25.034	42.312	50.247	Obrigações tributárias	19	4.127	7.241	15.515	22.114
Total do ativo circulante		1.291.951	1.216.455	1.609.539	1.457.838	Provisões e outras obrigações	20	27.107	22.381	47.623	34.825
						Total do passivo circulante		390.402	405.975	666.299	606.821
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	11	6.490	3.795	25.848	19.028	Empréstimos e financiamentos	17	53.907	69.031	55.856	69.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	13.665	11.698	14.528	12.650	Obrigações renegociadas de controladas	18	-	-	63.537	63.403
Partes relacionadas	12.a	46.838	43.005	89.551	88.797	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	5.690	3.261	44.307	42.625
Outros créditos	21	1.448	-	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	18.465	22.193	26.245	30.784
Investimentos:						Tributos com exigibilidade suspensa e outros	23	86.654	86.405	86.780	90.620
Empresas controladas e coligada	14	357.172	324.683	74.267	77.143	Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09	21	875	-	875	-
Outros		195	195	195	195	Partes relacionadas	21	-	9.475	-	-
Imobilizável	15	204.700	171.606	341.980	301.520	Outras obrigações		6.947	5.030	8.796	5.620
Intangível	15	96.221	102.974	263.398	262.454	Total do passivo não circulante		172.538	195.395	286.396	302.641
Total do ativo não circulante		748.677	695.390	833.015	799.697	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	24.a	518.922	441.171	518.922	441.171
TOTAL DO ATIVO		2.040.628	1.911.845	2.442.554	2.257.535	Reservas de capital		163.522	170.723	163.522	170.723
						Opções outorgadas reconhecidas		3.579	3.072	3.579	3.072
						Reservas de lucros		865.824	733.806	865.824	733.806
						Ações em tesouraria		(40.587)	(29.282)	(40.587)	(29.282)
						Dividendo adicional proposto		-	24.150	-	24.150
						Ajuste de avaliação patrimonial		(33.572)	(33.165)	(33.572)	(33.165)
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		1.477.688	1.310.475	1.477.688	1.310.475
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		1.477.688	1.310.475	1.489.859	1.348.073
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.040.628	1.911.845	2.442.554	2.257.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	26	1.891.127	1.642.748	2.574.700	2.231.875
Custo das mercadorias e produtos vendidos	27	(986.637)	(846.210)	(1.420.772)	(1.213.783)
LUCRO BRUTO		904.490	796.538	1.153.928	1.018.092
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	27	(492.721)	(400.914)	(663.238)	(539.403)
Despesas gerais e administrativas	27	(112.169)	(92.222)	(132.027)	(111.307)
Honorários dos administradores	21	(10.134)	(8.542)	(12.167)	(9.084)
Resultado de equivalência patrimonial	14	11.345	39.342	(5.657)	(9.222)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(22.516)	(37.545)	(29.024)	(24.851)
		(626.195)	(499.881)	(842.113)	(693.867)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		278.295	296.657	311.815	324.225
Recargas financeiras	30	77.283	48.411	80.830	49.907
Despesas financeiras	30	(25.630)	(17.619)	(51.214)	(43.279)
Varição cambial líquida	31	(923)	(268)	(567)	(2.330)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		329.025	327.181	340.864	333.183
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.b	(23.009)	(23.161)	(32.136)	(31.214)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.b	1.404	(920)	339	5.242
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		307.420	303.100	309.067	307.211
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	3.241	-	3.241
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		307.420	306.341	309.067	310.452
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		307.420	306.341	307.420	306.341
Acionistas não controladores		-	-	1.647	4.111
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico por ação ON - R\$	37	0,84	0,84	0,84	0,84
Diluído por ação ON - R\$	37	0,84	0,84	0,84	0,84
Básico por ação PN - R\$	37	0,93	0,92	0,93	0,92
Diluído por ação PN - R\$	37	0,87	0,90	0,87	0,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2011	2010	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		307.420	303.100	309.067	307.211
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	3.241	-	3.241
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		307.420	306.341	309.067	310.452
Outros resultados abrangentes					
Ganhos (perdas) na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	14	2.539	(12.361)	974	(15.796)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		309.959	293.980	310.041	294.656
Total do resultado abrangente do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		309.959	293.980	309.959	293.980
Acionistas não controladores		-	-	82	676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

RECEITAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Vendas de mercadorias e produtos		2.228.454	1.968.334	3.036.484	2.712.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	2.208.381	1.919.892	3.016.367	2.650.560
Outras receitas		(3.491)	(902)	(6.079)	(3.121)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos		(1.327.279)	(1.158.994)	(1.704.483)	(1.511.301)
Material, energia, serviços de terceiros e outros		(741.863)	(632.833)	(1.001.378)	(917.204)
Perdas/recuperação de valores ativos		(571.493)	(523.359)	(688.978)	(588.667)
Outros		(8.787)	(773)	(8.991)	(847)
		(5.136)	(2.029)	(5.136)	(4.583)
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	15	901.175	809.340	1.332.001	1.201.251
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(39.076)	(33.900)	(54.035)	(50.771)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		862.099	775.440	1.277.966	1.150.480
Resultado de equivalência patrimonial	14	100.525	98.736	86.338	49.598
Resultado de operação descontinuada	36	11.345	39.342	(5.657)	(9.222)
Receitas financeiras - inclui variações cambiais		88.826	55.059	91.641	57.536
Outros		354	1.094	354	1.284
		962.624	874.176	1.364.304	1.200.078
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		(962.624)	(874.176)	(1.364.304)	(1.200.078)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Salários e encargos sociais		(312.715)	(292.738)	(517.424)	(451.150)
Impostos, taxas e contribuições		(261.263)	(216.317)	(423.948)	(351.292)
Despesas financeiras e alugueis		(81.226)	(58.780)	(113.865)	(87.184)
Juros sobre o capital próprio	24.c	(78.600)	(63.412)	(78.600)	(63.412)
Juros retidos das operações continuadas		(228.820)	(242.929)	(228.820)	(242.929)
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	(1.647)	(4.111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas		307.420	303.100	309.067	307.211
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	36	-	3.241	-	3.241
Depreciação e amortização	15	39.076	33.900	54.035	50.771
Prejuízo na venda/baixa de bens do imobilizado		2.297	6.160	2.707	8.368
Provisão para perda no imobilizado - "impairment"		-	172	-	172
Lucro na venda de bens destinados à venda		-	(2.005)	-	(16.310)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(11.345)	(39.342)	5.657	9.222
Juros, variações monetárias e cambiais		18.587	11.193	32.237	26.934
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	10.225	15.010	11.073	16.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b	(1.404)	920	(339)	(5.242)
Outorga de opções de compra de ações	28	1.551	1.085	1.551	1.085
Reversão de provisão para perdas nos estoques	10	(1.305)	(2.250)	(565)	(1.582)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.c	3.491	902	6.079	3.472
		368.593	332.086	421.502	403.761
Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber de clientes		(72.313)	(15.699)	(82.264)	(26.525)
Estoques		(13.017)	(64.789)	(46.630)	(95.312)
Despesas antecipadas		(3.106)	(593)	(5.444)	(1.608)
Impostos a recuperar		(5.129)	1.418	(8.462)	(4.472)
Outros		(3.412)	14.019	(2.005)	878
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores		60.198	75.391	79.633	101.454
Obrigações tributárias		31.597	31.006	34.803	29.036
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(11.133)	(12.969)	(23.638)	(19.471)
Pagamento de parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09		(28.528)	-	(29.176)	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.892	17.731	9.358	22.047
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(16.331)	(11.947		



ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05
NIRE 35 3000 25 270

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Rua Funchal, 160, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA com os códigos de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Em 26 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de São Paulo Alpargatas S.A. para Alpargatas S.A.

Suas atividades e de suas controladas (doravante denominadas "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes, artigos de vestuário, artefatos têxteis e respectivos componentes, artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, através das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão descritas na nota explicativa nº 6.

1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina

Os detalhes do processo de aquisição das ações e do aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina estão divulgados na nota explicativa nº 14.

1.3. Operação descontinuada - têxteis industriais

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas para alienação de 100% das cotas representativas do capital social da controlada direta Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., empresa limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e de 100% das cotas representativas do capital social da controlada indireta Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., empresa limitada com sede em Manaus - AM, ambas pelo valor total de R\$ 43.000. O fechamento de tal operação ocorreu em 20 de abril de 2010. Os detalhes dessa operação estão divulgados na nota explicativa nº 36.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, identificadas como Consolidado (BR GAAP e IFRS).
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos na controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira, nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as BR GAAP, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as BR GAAP, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram elaboradas de maneira consistente para todos os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e consolidadas (BR GAAP e IFRS):

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos a Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que não existem condições ou compromissos adicionais a serem previamente atendidas para o reconhecimento do incentivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia e de suas controladas como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerando suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alcováveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item "f)", os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da interpretação técnica ICPC 10. A Administração da Companhia entendeu que, na data de transição, os bens do seu ativo imobilizado já estavam registrados a valores próximos aos valores justos de mercado, de acordo com os investimentos significativos feitos nos últimos cinco anos na ampliação e remodelagem das unidades fabris, incluindo substituição e aquisição de novos equipamentos industriais. Entretanto, essa opção foi adotada para o reconhecimento inicial do custo do ativo imobilizado da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e da coligada Tavex Algodonera S.A., reconhecidas, respectivamente, nas demonstrações financeiras da controlada e coligada.

Os efeitos de depreciação decorrentes da primeira revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010.

h) Intangível

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) cartéis de clientes adquiridos de terceiros; e (v) ação na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágio pagos na aquisição de controladas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ("impairment") e/ou quando indicios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico e expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para reduzir o valor recuperável desses ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuído, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com o risco relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (iii).
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.

(i) A Companhia e sua controlada CBS - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.

(ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

m.2) Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. As controladas Alpargatas Imobiliária Ltda. e Fibrais Agrícola e Comercial Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias diferidas futuros possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, em quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas com um componente separado no patrimônio líquido - Ajuste de avaliação patrimonial. No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

o) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (nota explicativa nº 8), conta a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

Quando aplicável, as operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados ao resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulante.

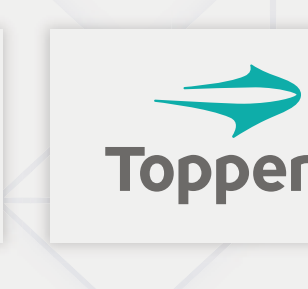
O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas informações de mercado nas datas dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início



ALPARGATAS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05
NIRE 35 3000 25 270

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

f) Planos de saúde e de assistência médica
O valor atual dos planos de saúde e de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de despesa, e outras, que estão divulgados na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do ativo
Para a avaliação do valor recuperável de um ativo, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ativo foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime o fluxo de caixa futuro esperado oriundo das UGCs, e uma taxa de desconto adequada para o valor presente seja calculado. O valor contábil do ativo em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 150.130. Os detalhes das premissas utilizadas no cálculo do valor presente estão divulgados na nota explicativa nº 15.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível
A Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada dos bens do imobilizado. Durante o exercício de 2010, foi efetuada a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida, normalizada pela interpretação técnica IPCF 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2010.

NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes e em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
b) Normas e alterações de normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011 e não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRS - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2010.
Alterações à IFRS 01 - Adoção inicial	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 07 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2010.
Alterações à IAS 24 - Partes Relacionadas	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 14 - Limite de Ativo em Planos de Benefício Definido	Pagamentos antecipados de elegibilidade mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRS 10 - Estrutura de Passivos Financeiros	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. As normas e alterações de normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada por parte da Companhia e de suas controladas:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 09 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 01 - Adoção inicial	Eliminação de taxas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2010.
Alterações à IFRS 07 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre a Renda	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRS 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (revisada em 2011) - Instrumentos Financeiros Separados	Requisitos das IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos por IAS 10. Requisitos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui a IAS 27 em relação aos procedimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação protempore para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas o conceito de controle compartilhado e "entidades com controle compartilhado".	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Exige os requerimentos de divulgação de investimentos nas empresas em que a Companhia possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e os requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corridor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para o demais benefícios de longo prazo, quando os resultados, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso da CPC e do CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

6. Administração da Companhia avaliou os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início de aplicação obrigatória.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Critérios de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, emendas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas. As demonstrações financeiras consolidadas estão baseadas em saldos de contas-correntes e de patrimônio líquido, e (b) saldos de contas-correntes e de patrimônio líquido, e (b) saldos de contas-correntes e outros saldos integrais do ativo líquido real, mantidos entre as Empresas do Grupo, inclusive caso existam lucros não realizados. O balanço patrimonial das controladas sediadas no exterior em moeda funcional diferente do peso, tempo em peso argentino, euro ou dólar norte-americano foi convertido para o real com base nas taxas de câmbio nas datas dos balanços. A demonstração do resultado das controladas sediadas no exterior foi convertida para o real com base nas taxas de câmbio médias. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste à equivalência patrimonial", as quais serão reclassificadas para o resultado do exercício, quando aplicável, na data de alienação do investimento.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão baseadas em registros contábeis em reais, mesmo moeda funcional da Companhia. A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, em eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício das controladas antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

Definição de controladas
Controladas são todas as empresas cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação societária de mais de metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são levados em consideração ao se considerar se a Companhia controla ou não uma empresa. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

A consolidação abrangia as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Participação direta - %	Participação e poder de voto - %	
	2011	2010
Participação direta:		
Loxomiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda. (*)	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00
Fibril Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00
Alpargatas Chile Ltda. - Chile	100,00	100,00
Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	91,45	70,69
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional APS):		
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. - França	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited - Portugal	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	18,69	18,69

Participação indireta (através da Loxomiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda.):

Loxomiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda. (*)

(*) Empresa descontinuada conforme detalhes divulgados nas notas explicativas nºs 13, 31 e 36.

Alpargatas S.A.I.C. - Argentina adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.

Fibril Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral, à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em empresas, nos país ou no exterior. Atualmente encontra-se sem operações.

Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se a compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, nos país ou no exterior.

Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos constituída em outubro de 2007, possui com base em sua participação não controladora, sua atuação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.

Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas France S.A.R.L. - França, Alpargatas UK Limited - Itália e Alpargatas Portugal Limited-Portugal: constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e abril a maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.

Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos constituída em agosto de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.

Alpargatas Chile Ltda. - Chile: constituída em novembro de 2007, tem como atividade principal a importação e comercialização de calçados no mercado chileno. Em novembro de 2009, foi aprovado o encerramento das operações desta controlada, passando a Companhia, a partir de maio de 2010, a comercializar seus produtos, via distribuidor independente, através de contrato de representação comercial.

Mudanças nas participações em controladas existentes
Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações em controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas da venda e (b) a soma anterior dos ativos (incluindo ativo e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são vendidos diretamente no patrimônio líquido e atribuídos aos acionistas controladores.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos:	458	7.381	14.847	31.552
Aplicações financeiras remaneadas (i)	644	-	2.458	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pré e pós-fixados (ii)	133.208	159.545	136.610	159.545
Operações compromissadas (iii)	306.968	328.036	345.351	328.036
Notas de Recebíveis Financeiros (iv) (v)	10.110	-	10.110	-
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (vi)	-	-	809	3.408
Outros - Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha (iv)	-	-	282	815
Total	451.388	494.962	510.467	523.356

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras que estabelece que os investimentos financeiros somente poderão ser realizados em instituições financeiras com "rating" mínimo "AA", classificadas segundo as agências classificadoras Fitch e Standard & Poor's, ou "AA", segundo a Moody's. Qualquer proposta da Administração para efetuar investimentos financeiros em instituições financeiras com "rating" abaixo dessa classificação dependa da autorização do Conselho de Administração.

A política da Companhia não estabelece critérios para a determinação da composição de "Caixa e equivalentes de caixa"; entretanto, a classificação contábil desses componentes, utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas, é a descrita na nota explicativa nº 3.d.

As aplicações financeiras mantidas pela Companhia e por suas controladas são como segue:

(i) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham saldo em conta-corrente remunerada a 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de dezembro de 2011, os CDBs estavam distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 103,66% do CDI (102,68% em 31 de dezembro de 2010), e as operações compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração média de 103,32% do CDI (101,67% em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2011, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuíam prazos de vencimento distribuídos entre janeiro de 2012 e novembro de 2016 e são classificados como "Caixa e equivalentes de caixa", por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeito a um insignificantíssimo risco de mudança de valor.

(ii) A Companhia adquiriu Notas do Tesouro Nacional - tipo B (NTN-B) indexadas à variação do Índice de Preços no Consumidor Ampiado - IPCA mais juros de 6% ao ano, com vencimento em agosto de 2020. Per serem títulos de alta liquidez, a Companhia os mantém atualizados a valor de mercado e por isso também os classifica como "Caixa e equivalentes de caixa".

(iii) As aplicações financeiras mantidas pelas controladas Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha em 31 de dezembro de 2011 estão representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 3,38% e 1,6%, respectivamente (9,38% e 1,59%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010).

b) Aplicações financeiras
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, referem-se a CDBs e operações compromissadas com remuneração média de 103,61% em 31 de dezembro de 2010. Esteio compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CDBs pré e pós-fixados:	10.737	51.883	10.737	51.883
Operações compromissadas:	149.750	79.426	149.750	79.426
Total	160.487	131.309	160.487	131.309

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo para resgate não superior a 360 dias, contados da data da aplicação, por fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa", por possuírem garantia de 90 dias para resgate e haver risco significativo de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
a) Compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.255)	(8.160)	(5.255)	(8.160)
Outras diferenças temporárias	17.333	13.986	17.333	13.986
Total	(16.576)	(13.086)	(24.450)	(18.371)

As contas a receber de clientes são classificadas como empréstimos e recebíveis demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é próximo ao valor justo, conforme determinado pelo método do custo de aquisição. Os clientes em atraso com dívidas à renegociadas, para os quais a Companhia e suas controladas possuem com garantias cartas de crédito e imóveis, para os demais títulos em atraso, os quais estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, estas não mantêm nenhuma outra garantia.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
A vencer:	396.982	333.939	452.512	385.476
Até 30 dias:	20.627	15.980	30.114	22.216
De 31 a 90 dias:	4.994	5.603	10.954	8.710
Mais de 90 dias:	27.429	22.198	36.728	28.572
Total	450.032	371.720	530.308	444.944

Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	(13.086)	(18.371)	(13.086)	(18.371)
Reversões e baixas:	1.765	2.027	1.765	2.027
Total	(16.576)	(24.450)	(16.576)	(24.450)

A composição consolidada por idade de vencimento das contas a receber de clientes, incluídas na provisão para créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	2011		2010	
	Até 30 dias	31 a 90 dias	Até 30 dias	31 a 90 dias
Saldo em 31 de dezembro de 2011:	2.989	174	2.989	174
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	3.261	2.429	3.261	2.429

Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	(13.086)	(18.371)	(13.086)	(18.371)
Reversões e baixas:	1.765	2.027	1.765	2.027
Total	(16.576)	(24.450)	(16.576)	(24.450)

A despeito com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é e valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes em atraso com dívidas à renegociadas, para os quais a Companhia e suas controladas possuem com garantias cartas de crédito e imóveis, para os demais títulos em atraso, os quais estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, estas não mantêm nenhuma outra garantia.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados:	114.366	96.359	218.866	164.429
Produtos em processo:	11.560	12.546	29.707	26.517
Materiais-primas:	38.858	41.617	69.149	70.599
Importações em andamento:	12.777	14.957	13.552	14.957
Outros:	24.959	24.024	28.993	29.192
Provisão para perdas nos estoques:	(4.320)	(5.625)	(9.244)	(8.909)
Total	198.200	183.878	351.023	295.885

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado						
	2011			2010			
Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	26.650	(17.652)	8.998	31.077	(21.530)	9.547
Sistemas de gestão empresarial (iv)	10	124.689	(47.941)	76.748	97.090	(32.395)	64.695
Carteiras de clientes (i)	20	32.326	(15.088)	17.238	27.311	(9.446)	17.865
Projetos em andamento	-	4.678	-	4.678	16.114	-	16.114
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas (ii)	-	150.130	-	150.130	150.130	-	150.130
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	5.840	(234)	5.606	4.297	(194)	4.103
Total		344.313	(80.915)	263.398	326.019	(63.565)	262.454

(i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias "Havaianas") em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2011, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

(ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por "impairment". Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.a).

(iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas "Timberland" e "Concept Havaianas". Por tratar-se de ativos intangíveis, comercializáveis, eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por "impairment". Em 31 de dezembro de 2011, devido à ausência de indicativos de perda na realização, nenhuma provisão contábil foi constituída para os valores desses direitos.

(iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINUX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2011, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos exercícios, está assim representada:	
2012	20.184
2013	19.781
2014	19.232
2015 em diante	43.787
Total	102.984

Informações adicionais sobre o intangível

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

	Consolidado
	2011
	2010
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado do exercício	14.408
	9.651

(ii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos de 12,41% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 4%, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre os quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha "Brand Extention", franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método "Capital Asset Pricing Model - CAPM".

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 para as UGCs são conforme segue:

	Consolidado
	2011
	2010
Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	684,1
Perpetuidade - (2)	4,0%
Taxa de desconto WACC (3)	12,4%

UGC - Argentina

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	113,9
Perpetuidade - (2)	7,3%
Taxa de desconto WACC (3)	20,6%

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
2. Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
3. Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

c) Movimentação

	Controladora					
	2010	Adições (iii)	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	2011
Imobilizado						
Terenos	8.803	-	847	-	-	9.650
Edifícios e construções	63.006	-	1.438	(3.306)	(909)	60.229
Máquinas e equipamentos	68.735	-	18.876	(13.444)	(848)	73.319
Móveis e utensílios	10.553	-	2.524	(1.752)	(120)	11.205
Veículos	1.019	-	126	(137)	(57)	951
Benefetorias em imóveis de terceiros	7.515	-	-	(1.826)	(278)	5.411
Projetos em andamento	11.879	55.115	(22.308)	-	-	44.686
Outros imobilizados	545	-	-	-	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	(449)	-	-	-	-	(449)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	-	(847)	-	-	(847)
Total	171.606	55.115	656	(20.465)	(2.212)	204.700

	Controladora					
	2010	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	2011
Intangível						
Com vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	197
Sistemas de gestão empresarial	64.695	-	23.368	(12.970)	(33)	75.060
Carteiras de clientes	17.865	-	1	(5.641)	-	12.223
Projetos em andamento	16.114	12.599	(24.035)	-	-	4.678
Sem vida útil definida:						
Cessão de direitos comerciais	4.103	-	10	-	(52)	4.063
Total	102.974	12.599	(656)	(18.611)	(85)	96.221
Total	274.580	67.714	-	(39.076)	(2.297)	300.921

	Consolidado						
	2010	Adições (iii)	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial (ii)	2011
Imobilizado							
Terenos	14.338	-	847	-	-	188	15.373
Edifícios e construções	124.154	2.974	9.068	(7.128)	(912)	2.775	130.931
Máquinas e equipamentos	124.951	4.872	13.505	(19.778)	(987)	929	123.492
Móveis e utensílios	14.906	4.628	2.550	(3.794)	(158)	113	18.245
Veículos	1.300	189	124	(228)	(57)	13	1.341
Benefetoria em imóveis de terceiros	8.459	2.439	208	(2.923)	(337)	(416)	7.430
Projetos em andamento	21.034	59.406	(24.739)	-	-	333	56.034
Outros imobilizados	6.860	-	(1.563)	-	-	(281)	5.016
Provisão para perdas ("impairment")	(14.482)	-	(2)	-	-	(551)	(15.035)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	-	(847)	-	-	-	(847)
Total	301.520	74.508	(849)	(33.851)	(2.451)	3.103	341.980

	Consolidado						
	2010	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Variação cambial (ii)	2011
Intangível							
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	9.547	-	-	-	-	(549)	8.998
Sistemas de gestão empresarial	64.695	2.360	23.330	(14.543)	(205)	1.111	76.748
Carteiras de clientes	17.865	5.014	-	(5.641)	-	-	17.238
Projetos em andamento	16.114	12.599	(24.035)	-	-	-	4.678
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	150.130
Cessão de direitos comerciais	4.103	-	1.554	-	(51)	-	5.606
Total	262.454	19.973	849	(20.184)	(256)	562	263.398
Total	563.974	94.481	-	(54.035)	(2.707)	3.665	605.378

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.

(ii) Variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior.

(iii) As adições registradas na rubrica "Projetos em andamento" referem-se substancialmente aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$ 13.400; (2) benfeitorias no novo edifício sede da Companhia na cidade de São Paulo - SP, com investimento de aproximadamente R\$ 2.400; e (3) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$ 14.200.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Nacionais	177.612	132.858	194.580	144.331
Estrangeiros	40.961	25.517	102.570	68.446
Total	218.573	158.375	297.150	212.777

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Denominados em reais:					
FNE (BNB) (a)	8,42%	57.424	71.487	57.424	71.487
Finame	6,53%	8.321	3.972	8.321	3.972
Finem (BNDES) (b)	Cesta de moedas e TJLP + 8,52%	8.245	12.609	8.245	12.609
Exim (BNDES) (c)	7%	-	110.870	-	110.870
Cessão de crédito de recebíveis (d)	11,95%	42.947	20.863	42.947	20.863
Finem Automático (BNDES) - CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	TJLP + 2,8% e cesta de moedas + 2,3%	-	-	369	951
Total em reais		116.937	219.801	117.306	220.752
Denominados em moeda estrangeira:					
Finimp - Financiamento de Importação (e)	US\$	2,77%	4.794	-	4.794
"Working capital" - Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos (f)	US\$	1,85%	-	82.616	56.964
"Working capital" - Alpargatas International APS - Dinamarca (f)	€	3,69%	-	17.131	15.643
"Working capital" - Alpargatas Chile Ltda. Chile (f)	CLP	6,2%	-	-	971
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (g)	AR\$	22,69%	-	194	486
"Working capital" - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (f)	AR\$	16,91%	-	13.850	1.142
Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC /pré-pagamento - CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	US\$	-	-	42	2
Total em moeda estrangeira		4.794	-	118.627	75.208
Total geral		121.731	219.801	235.933	295.960
Passivo circulante		67.824	150.770	180.077	226.371
Passivo não circulante		53.907	69.031	55.856	69.589

(a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$ 112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente, a partir de 2008, com previsão de liquidação em dez anos. A liberação das parcelas foi vinculada ao cronograma de desembolso dos investimentos. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

(b) Em outubro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento de R\$ 22.180 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral prevista para outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

(c) Em agosto de 2008, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 79.800 referente ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré-Emprego assinado com os Bancos Bradesco e Unibanco, amortizado em cinco parcelas, com vencimentos entre setembro de 2009 e janeiro de 2010. Em outubro de 2010, recebeu um crédito adicional no valor de R\$ 110.500, com contratos firmados com os Bancos Alfa e Bradesco, tendo a liquidação, em uma única parcela, ocorrida em dezembro de 2011.

(d) Em outubro de 2010, a Companhia assinou com o Banco Santander convênio de cessão de crédito. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.

(e) Em setembro de 2011, a Companhia assinou contratos de financiamento de importações na modalidade Finimp com o Banco Itaú BBA. O prazo das operações é de 180 dias e es garantido por nota promissória emitida pela Companhia.

(f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.

Os demais empréstimos estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas.

(g) Em 31 de dezembro de 2011, o montante total do valor futuro das contraprestações das operações de arrendamento mercantil em aberto totalizava R\$ 263, sendo a diferença entre o valor do tipo financeiro presente registrado no consolidado na referida data-base correspondente aos encargos financeiros, os quais serão registrados ao resultado do exercício de acordo com o prazo residual dos contratos em aberto, conforme o regime de competência. Vide detalhes a seguir:

	2011	2010
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	215	405
Mais de um ano e menos de cinco anos	48	172
	263	577
	(38)	(91)
	225	486

Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros

Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	19.302	-	19.841
2013	19.326	18.494	21.266	18.513
2014	15.323	14.534	15.332	14.534
2015	15.324	14.534	15.324	14.534
2016	2.454	1.664	2.454	1.664
2017	1.187	445	1.1	



ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05
NIRE 35 3000 25 270

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$ 305 (R\$ 259 em 31 de dezembro de 2010) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2011 na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011 foi de R\$ 14.124.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reclamações trabalhistas (a).....	17.663	15.339	24.449	23.818
Processos tributários (b).....	9.056	13.438	13.255	16.983
Depósitos judiciais.....	(4.179)	(3.880)	(4.179)	(3.880)
Processos cíveis.....	3.108	2.155	4.156	2.710
Total.....	25.648	27.052	37.681	39.631

Parcela do circulante..... 7.183 4.859 11.436 8.847
Parcela do não circulante..... 18.465 22.193 26.245 30.784

(a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo com perda efetiva.

(b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente a Cofins do período de julho e setembro de dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.844; e (ii) discussão quanto a cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$ 5.106, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de 2ª instância na esfera judicial.

Movimentação

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	15.339	13.438	2.155	(3.880) 27.052
Complementos (reversões).....	9.690	(418)	953	(299) 9.926
Transferências para parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09.....	-	(1.671)	-	- (1.671)
Pagamentos.....	(7.366)	(2.293)	-	- (9.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	17.663	9.056	3.108	(4.179) 25.648

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	23.818	16.983	2.710	(3.880) 39.631
Complementos (reversões).....	9.882	23	1.169	(299) 10.775
Transferências para parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09.....	-	(1.671)	-	- (1.671)
Pagamentos/Variação cambial.....	(9.251)	(2.081)	278	- (11.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	24.449	13.254	4.157	(4.179) 37.681

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a).....	8.439	8.050
IRPJ e CSLL.....	3.781	3.581
IPI (b).....	91.668	3.762
Outras.....	783	419
Total.....	104.671	15.812
Cíveis (ações indenizatórias).....	5.655	6.321

(a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.

(b) Autos de infração relativos a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008. Os autos de infração encontram-se em fase de defesa administrativa e tiveram o risco de perda classificados pelos advogados da Companhia como possível.

Adicionalmente, em dezembro de 2005 foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi destruído em anos anteriores. Na opinião dos advogados da Companhia, a probabilidade de perda foi considerada possível e o valor envolvido ainda não pôde ser apurado, não sendo reconhecida nenhuma provisão para fazer face a essa contingência. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Essa sentença está sujeita a um recurso que será julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em data ainda não definida.

Parcelamento de débito tributário instituído pela Lei nº 11.941/09

Em 28 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a opção para o novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As empresas que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e os juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal relativo ao cálculo do imposto de renda e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção do prazo de pagamento escolhida.

Na adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, em 30 de novembro de 2009, a Companhia inscreveu um débito fiscal no INSS no montante atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 1.671.

Conforme as regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, após ter protocolado petição na Justiça oficializando a desistência da ação judicial cujo tributo está sendo objeto de parcelamento, a Companhia aderiu ao parcelamento, escolhendo a modalidade correspondente e indicando a natureza genérica do débito fiscal, para o qual foi feito o correspondente pagamento da prestação inicial, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e PGFN, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas em 40 meses a partir de 30 de junho de 2011, referente ao montante total de R\$ 1.671.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia optou por antecipar algumas parcelas do parcelamento no montante total de R\$ 1.486. De acordo com as atuais regras do parcelamento não é possível mais fazer antecipações. A Companhia aguarda a disponibilização de ferramentas por parte da Receita Federal do Brasil e PGFN que permitam a realização da quitação do referido parcelamento. Até lá, a Companhia continuará recolhendo mensalmente a parcela mínima no valor de R\$ 100,00.

Ativos contingentes

A Companhia possui ainda os seguintes processos ativos relevantes:

- Crédito prêmio de IPI - a Companhia pleiteia na justiça o crédito prêmio de IPI, incentivo fiscal à exportação criado pelo Decreto-lei nº 491/69, concedido às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados no período de 1979 a 1990. O questionamento divide-se em três fases: fase I (de 7 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981), fase II (de 1º de abril de 1981 a 30 de abril de 1985) e fase III (de 1º de maio de 1985 a 5 de outubro de 1990). Em razão do trânsito em julgado favorável do processo referente à discussão dos valores referente à fase II, a Companhia registrou um ativo no montante de R\$ 14.519 atualizado em 31 de dezembro de 2001, registrado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante. Os valores referentes às fases I e II encontram-se em apuração por parte da Companhia.

- Tributação de PIS e COFINS Zona Franca de Manaus - a Companhia questiona judicialmente a incidência do PIS e da COFINS nas vendas realizadas à Zona Franca de Manaus no período de 1998 a 2004. Em julho de 2003 a Companhia obteve medida liminar e passou a usufruí-la, suspendendo o recolhimento dos valores questionados até julho de 2004 e constituindo o passivo de exigibilidade suspensa, cujos valores em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$ 3.028 (nota explicativa nº 23).

- Seguro de Acidente do Trabalho - SAT - a Companhia questiona judicialmente a aplicação diferenciada das alíquotas do SAT, por estabelecimento, segundo o grau de risco. No período de dezembro de 2002 a maio de 2011, a Companhia depositou em juízo os valores questionados. Os depósitos judiciais registrados totalizam R\$ 3.905 em 31 de dezembro de 2011. Embora a classificação de ganho sobre esses processos seja dada pelos advogados da Companhia como provável, tais ativos contingentes não foram registrados nas demonstrações financeiras, uma vez que ainda não tiveram trânsito em julgado definitivo em favor da Companhia, conforme requerido pelas práticas contábeis.

23. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98.....	30.008	28.429
Depósitos judiciais.....	(30.008)	(28.429)
Total..... (a)	-	-
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo.....	83.484	56.972
Depósitos judiciais.....	(10.106)	(9.101)
Total..... (b)	73.378	47.871
IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal.....	-	34.849
Depósitos judiciais.....	-	(6.277)
Total..... (c)	-	28.572
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ.....	6.906	3.830
Provisão para IRPJ (outras contingências).....	2.803	2.803
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus e outros.....	3.567	3.329
Total - controladora..... (e)	86.654	86.405
Parcelamentos - PIS e COFINS (CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias).....	-	1.699
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.....	126	2.516
Total - consolidado.....	86.780	90.620

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar para a ação ordinária que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente no aumento da alíquota da COFINS em 1% e no alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica "Despesas financeiras" no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$ 43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, tendo a Companhia passado a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$ 28.804, atualizados monetariamente.

A Lei nº 11.941/09, revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. Com essa alteração, considerando a decisão do STF, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil editou o Comunicado Técnico - CT nº 05/09, o qual possibilitou a reversão, por parte das empresas, da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$ 12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2011 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa. Em 31 de dezembro de 2011, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais, naquela data e em 31 de dezembro de 2010, atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(c) IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal

A Companhia questionava a compensação da totalidade do imposto de renda e da contribuição social devidos em cada exercício com os créditos decorrentes dos prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, sem observância do limite legal de 30%. Em consequência, a Companhia mantinha destacada no passivo não circulante parcela excedente aos 30% legais de imposto devido que foi compensada, acrescida dos encargos financeiros, com base na taxa SELIC.

Em virtude desse questionamento, o crédito fiscal diferido foi constituído sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, caso tivesse sido observado o limite legal de 30% para a compensação.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em razão da adesão ao parcelamento federal instituído pela Lei nº 11.941/09, em 30 de novembro de 2009 a Companhia desistiu formalmente da ação judicial que mantinha para a discussão dos valores, tendo complementado o montante do passivo pelo valor de R\$ 14.264, incluindo processos anteriormente classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como perda remota.

Ao mesmo tempo, reconheceu para o encerramento do exercício de 2009 o montante de R\$ 11.234, relativo a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal em questão, o qual foi realizado dentro do próprio exercício de 2009.

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e PGFN, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total de R\$ 29.478 foi reclassificado para a rubrica "Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09", sendo desse saldo R\$ 8.581 no passivo circulante e R\$ 20.897 no passivo não circulante.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia optou por antecipar algumas parcelas do parcelamento, no montante total de R\$ 25.508, remanescendo naquela data o saldo de R\$ 7.151, que, líquido de depósito judicial, totalizava R\$ 875, registrado na rubrica "Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09".

De acordo com as atuais regras do parcelamento, não é possível mais fazer antecipações. A Companhia aguarda a disponibilização de ferramentas por parte da Receita Federal do Brasil e PGFN que permitam a realização da quitação do referido parcelamento. Até lá, a Companhia continuará recolhendo mensalmente a parcela mínima no valor de R\$ 100,00.

(d) IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ

A Companhia possui ação judicial pleiteando a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ por entender que ela não se insere no fato gerador desse imposto. Em julho de 2009, a Companhia obteve sentença favorável através de medida liminar, passando a excluir a CSLL da base de cálculo do IRPJ, bem como passando a registrar esses valores como tributo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2011, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo, naquela data e em 31 de dezembro de 2010, atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(e) Parcelamentos - COFINS e PIS

Em 31 de julho de 2003 e 29 de setembro de 2006, a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias aderiu aos programas de PAES e PAEX, respectivamente, beneficiando-se para pagamento da COFINS e do PIS referente ao período de janeiro de 2003 a julho de 2004, através do parcelamento em 120 meses.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09

A fim de aproveitar os benefícios da nova sistemática de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09, uma vez que as empresas que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção do prazo de pagamento escolhida, a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias optou por aderir ao novo parcelamento, incluindo os débitos então inscritos no PAES e PAEX, registrando a baixa dos montantes de multa e juros moratórios no montante de R\$ 4.566.

O parcelamento foi deferido pela Receita Federal do Brasil em 12 de dezembro de 2009, estando em processo de consolidação dos débitos de PIS e COFINS.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia optou por quitar o saldo remanescente do parcelamento, no montante total daquela data de R\$ 648.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa - controladora

	2010	Atualizações	Complementos	Reclassificações	2011
PIS/COFINS.....	28.429	1.579	-	-	30.008
Depósitos judiciais.....	(28.429)	(1.579)	-	-	(30.008)
Total.....	-	-	-	-	-
COFINS - ICMS.....	56.972	6.732	19.780	-	83.484
Depósitos judiciais.....	(9.101)	(1.005)	-	-	(10.106)
Total.....	47.871	5.727	19.780	-	73.378
IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal.....	34.849	1.622	-	(36.471)	-
Depósitos judiciais.....	(6.277)	-	-	-	-
Total.....	28.572	1.622	-	(30.194)	-
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ.....	3.830	396	2.680	-	6.906
Provisão para IRPJ (outras contingências).....	2.803	-	-	-	2.803
Outros.....	3.329	201	37	-	3.567
Total.....	86.405	7.946	22.497	(30.194)	86.654

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital integralizado é R\$ 518.922 (R\$ 441.171 em 31 de dezembro de 2010), após aumento com a integralização da reserva de lucros no montante de R\$ 77.751, ocorrida em 26 de abril de 2011.

Em 24 de fevereiro de 2010, a Companhia efetuou o desdobramento de suas ações ordinárias e preferenciais na proporção de 1:20, pelo qual o número total de ações passou a ser representado por 353.455.880 ações escriturais sem valor nominal, sendo 181.524.080 ordinárias e 171.931.800 preferenciais.

Esse desdobramento visou beneficiar os investidores, pois adequou o valor das ações aos patamares ideais de mercado, possibilitando a criação de um lote-padrão de negociação (100 ações) mais acessível, aumentando assim a liquidez das ações.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 363.048.160 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2011:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controladores (Grupo Camargo Corrêa).....	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Conselho de Administração.....	35.963.700	19,81	7.199.980	4,19	43.163.680	12,21
Conselho Fiscal.....	22.000	0,01	202.000	0,12	224.000	0,06
Demais acionistas.....	23.940.800	13,19	130.172.880	75,71	154.113.680	43,61
Total.....	181.524.080	100,00	171.931.800	100,00	353.455.880	100,00

Em 31 de dezembro de 2010:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controladores (Grupo Camargo Corrêa).....	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Conselho de Administração.....	35.951.900	19,81	7.329.980	4,26	43.281.880	12,25
Conselho Fiscal.....	22.000	0,01	182.000	0,11	204.000	0,06
Demais acionistas.....	23.952.600	13,19	130.062.880	75,65	154.015.480	43,57
Total.....	181.524.080	100,00	171.931.800	100,00	353.455.880	100,00

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de dezembro de 2011, foi deliberado o plano para recompra de até 8.664.266 ações preferenciais e até 5.992.650 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias e terminará no dia 12 de dezembro de 2012. A Companhia não adquiriu ações preferenciais nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 11 de dezembro de 2009, que compreendeu o período de 15 de dezembro de 2009 a 10 de dezembro de 2010.

</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.113.904	1.791.008	2.249.812	1.949.048
Mercado externo	144.371	128.884	848.225	719.322
	2.258.275	1.919.892	3.098.037	2.668.370
Devoluções e cancelamentos	(49.893)	(32.139)	(81.671)	(52.721)
Impostos incidentes sobre as vendas	(317.255)	(245.005)	(441.666)	(383.774)
Total	1.891.127	1.642.748	2.574.700	2.231.875

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo das mercadorias e produtos vendidos:				
Matéria-prima	614.208	566.221	807.208	716.650
Salários, encargos e benefícios	213.019	166.266	361.828	289.439
Outros custos	159.410	113.723	251.736	207.694
Total	986.637	846.210	1.420.772	1.213.783
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	74.449	65.154	113.715	99.617
Frete	65.868	58.035	84.922	73.743
Propaganda e publicidade	194.622	169.390	240.146	205.755
Comissões	17.229	15.998	27.972	22.794
"Royalties"	23.239	14.525	24.525	16.629
Embalagem coletiva	8.806	-	8.806	-
Serviços de terceiros	25.512	12.679	37.861	21.546
Aluguéis	12.012	11.099	18.677	15.835
Viagens	5.166	4.569	8.673	7.683
Armazenagem	3.236	2.681	15.126	11.399
Seguro de transporte	4.908	3.642	6.948	5.268
Outras	57.674	43.132	75.867	59.134
Total	492.721	400.904	663.238	539.403
Despesas gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	61.159	51.748	73.274	63.761
Serviços de terceiros	36.193	28.367	41.168	31.656
Outras	14.817	12.107	17.585	15.890
Total	112.169	92.222	133.027	111.307

28. PROGRAMAS DE OUTORGA - OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus executivos, por meio de programas aprovados pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011, com o objetivo de reter-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. As informações referentes ao plano de 2011, que historicamente seriam outorgadas em 1º de julho de 2011, foram registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com base em informações estimadas, uma vez que a outorga ainda será submetida à aprovação do Conselho de Administração em 2012.

Critérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com "vesting" de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após a outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com "vesting" de 30% no terceiro ano, com janela de exercício de dois meses, 30% no quarto ano, com janela de exercício de dois meses, e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho com base em indicadores de resultados preestabelecidos.

Para o programa de 2010, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos programas de 2006 a 2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada "tranche", sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esse programa, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho com base em indicadores de resultados preestabelecidos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

a) Programas de 2002 a 2005 - preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

b) Programas de 2006 a 2009 - preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BM&FBOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o IPCA.

c) Programa de 2010 - preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BM&FBOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

Evolução dos planos de opção de compra de ações entre 2010 e 2011

	2011		2010	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$
Opções em circulação no início do exercício	5.252.900	3,84	5.366.280	3,22
Opções outorgadas	566.617	11,13	631.000	6,21
Opções exercidas	(1.908.060)	2,90	(548.500)	2,25
Opções canceladas	(73.000)	0,12	(195.880)	3,58
Opções em circulação no fim do exercício	3.838.457	5,55	5.252.900	3,84

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

	Opções não exercidas no fim do exercício		Opções em circulação	
	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício - R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$
31 de dezembro de 2011	3.838.457	52	1.60-11,13	1.280.840
31 de dezembro de 2010	5.252.900	43	1,05-8,61	2.594.760

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

Data do plano (outorga)	Opções não exercidas no fim do exercício		Opções em circulação	
	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício - R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$
1º de julho de 2004	71.200	33	1,60	71.200
1º de julho de 2005	889.240	2	2,27	889.240
1º de julho de 2007	258.400	8	9,17	200.400
1º de julho de 2008	435.000	20	6,32	120.000
1º de julho de 2009	1.060.000	32	4,05	-
1º de julho de 2010	558.000	78	6,21	-
1º de julho de 2011	566.617	90	11,13	-
Total	3.838.457	52	1.60-11,13	1.280.840

Data da outorga	Opções não exercidas no fim do exercício		Opções em circulação	
	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício - R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$
1º de julho de 2002	178.000	18	1,05	178.000
1º de julho de 2003	363.600	30	1,20	363.600
1º de julho de 2004	808.200	42	1,52	808.200
1º de julho de 2005	889.240	54	2,16	889.240
1º de julho de 2006	432.860	8	5,88	244.720
1º de julho de 2007	280.000	20	8,61	111.000
1º de julho de 2008	550.000	32	5,93	-
1º de julho de 2009	1.120.000	44	3,80	-
1º de julho de 2010	631.000	90	6,21	-
Total	5.252.900	43	1,05-8,61	2.594.760

A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de outorga de opções de compra de ações foi de R\$ 1.551 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.085 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de "performance" de 100% (para as outorgas 2006-2011) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

As condições de "performance" não foram refletidas no valor justo, pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo "Hull-White" com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

O valor justo das opções referentes ao plano de 2011 foi estimado utilizando-se o modelo de avaliação "Binomial", utilizando as seguintes premissas:

	Valores expressos
Preço da ação - R\$	12,10
Preço de exercício - R\$	11,13
Volatilidade esperada	37,00%
Dividendos esperados	2,75%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	12,50%
Taxa de rotatividade ("post-vesting")	10,00%
Valor justo - R\$	5,40

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

a) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2011.

b) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários foi considerada a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2011, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado - R\$	5,55	5,55
Número de ações preferenciais do capital social	171.931.800	171.931.800
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	166.838.580	166.838.580
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	3.838.457	12.000.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação - R\$	4,24	4,24
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções - R\$	4,15	3,94
Diluição do valor patrimonial por ação - R\$	0,09	0,30
Diluição percentual - %	2,17	7,61

29. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 1.973 (R\$ 2.330 em 31 de dezembro de 2010), o qual se encontra registrado na rubrica "Outras obrigações", no passivo não circulante. Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

a) Plano de aposentadoria - SPASAPREV

Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de "benefício definido", totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Prev", estruturado na modalidade de "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

Os valores atuariais são:

	2011
Valor presente da obrigação atuarial	(29.877)
Valor justo dos ativos do plano	38.913
Ganho atuarial não reconhecido	(6.216)
Ativo líquido total (*)	2.820

(*) Esse ativo não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2011 devido a necessidade de manutenção do superávit atuarial para cobertura de futuras oscilações de risco do plano.

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

b) Plano de pensão - HSBC

Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Os valores atuariais são:

	2011
Valor presente da obrigação atuarial	(497)
Valor justo dos ativos do plano	3.802
Ganho atuarial não reconhecido	(142)
Ativo líquido total (*)	3.163

(*) Esse ativo não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2011 por não haver evidência de reembolso ou abatimentos de contribuições futuras.

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

c) Plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários

A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

Os valores atuariais são:

Valor presente da obrigação atuarial	(1.312)
Perda atuarial não reconhecida	345
Passivo total reconhecido em 31 de dezembro de 2011	(967)

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

d) Plano de assistência médica para aposentados

A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.

Os valores atuariais são:

Valor presente da obrigação atuarial	(1.305)
Ganho atuarial não reconhecido	299
Passivo total reconhecido em 31 de dezembro de 2011	(1.006)

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	70.585	42.968	72.868	43.590
Juros ativos	2.495	2.023	2.629	2.439
Outras	4.203	3.420	5.333	3.878
Total	77.283	48.411	80.830	49.907

Despesas financeiras:

Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(13.947)	(9.871)	(16.906)	(12.324)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(10.691)	(13.288)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(406)	(229)	(406)	(229)
Imposto sobre operações bancárias - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	(6.884)	(5.627)
Atualização monetária sobre impostos	(6.350)	(4.522)	(6.351)	(4.546)
Outras	(4.927)	(2.997)	(9.976)	(7.265)
Total	(25.630)	(17.619)	(51.214)	(43.279)

31. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Variação cambial ativa	11.543	6.648	10.811	7.629
Variação cambial passiva	(12.466)	(6.916)	(11.378)	(5.299)
Total	(923)	(268)	(567)	2.330

32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais:				



ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05
NIRE 35 3000 25 270

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	670.954	654.665
(-) Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante.....	(235.933)	(295.960)
Posição financeira líquida.....	435.021	358.705
Patrimônio líquido.....	1.489.859	1.348.073

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i).....	36.686	30.746	93.393	78.412
Total do ativo.....	36.686	30.746	93.393	78.412
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii).....	4.794	-	118.627	75.208
Fornecedores.....	40.961	25.517	102.570	68.446
* Royalties "a" pagar.....	13.448	5.945	13.448	5.945
Total do passivo.....	59.203	31.462	234.645	149.599
Exposição líquida.....	(22.517)	(716)	(141.252)	(71.187)
(-) Controladas no exterior.....	-	-	122.460	72.365
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade.....	(22.517)	(716)	(18.792)	1.178

(i) No consolidado em 31 de dezembro de 2011, 77,4% (76,4% em 31 de dezembro de 2010) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. - Chile e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina) e 22,6% referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil.

(ii) No consolidado em 31 de dezembro de 2011, 95,9% (100% em 31 de dezembro de 2010) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. - Chile e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina), conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira.

f) Valores de mercado
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como passivo não circulante, considerando-se a modalidade dos correspondentes financeiros.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, devido ao curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamiento técnico CPC 40/IFRS 07 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
 - Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles se preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da empresa. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

- Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:
 - Preços de mercado cotados ou taxa de juros de instrumentos similares.
 - O valor justo de "swaps" de cotas de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
 - O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.
 - Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros avaliados a valores justos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

g) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2011, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item e) anterior, em 31 de dezembro de 2011 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Perda	
	Cenário possível	Cenário remoto
Risco da Companhia	4.698	9.396

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1,8758/US\$ (R\$ 2,3448/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$ 2,8137 /US\$).

Os resultados à luz das parâmetros consideradas seriam perdas de R\$ 4.698 no cenário possível e de R\$ 9.396 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos na data do balanço. Para os ativos financeiros indexados a CDI e passivos com taxas pós-fixadas (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto na data do balanço esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de três pontos percentuais é utilizado para avaliar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem três pontos percentuais ano para cima ou para baixo e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$ 19.488. Isso ocorre principalmente devido à exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras, considerando que os passivos financeiros são mantidos substancialmente a taxas prefixadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

36. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas ("Contrato") para alienação, direta de 100% das cotas representativas do capital social da controlada Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e indireta de 100% das cotas representativas do capital social da Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Manaus - AM.

A alienação dessa então UGC, denominada segmento de têxteis industriais, está inserida no contexto de concentração das atividades da Companhia nos segmentos de calçados, artigos esportivos e varejo, a fim de maximizar a "performance" da Companhia em tais segmentos. O fechamento de tal operação ocorreu em 20 de abril de 2010.

A referida operação gerou um ganho de capital no montante de R\$ 2.005, sendo R\$ 505 registrados pela venda do investimento e R\$ 1.500 registrados em setembro de 2010, devido a ajuste de preço conforme cláusula contratual.

A UGC foi classificada como uma operação descontinuada e um grupo de ativos mantidos para venda, o resultado e os fluxos de caixa da operação descontinuada, para o exercício findo em 31 de dezembro 2010, são demonstrados como segue:

	R\$
Resultado da operação descontinuada	27.859
Receita líquida de vendas.....	(19.531)
Custo dos produtos vendidos.....	8.328
Lucro bruto.....	(4.380)
Despesas operacionais.....	48
Resultado financeiro líquido.....	3.996
Resultado operacional.....	(755)
(-) Imposto de renda e contribuição social.....	3.241
Lucro líquido das operações descontinuadas.....	664
b) Fluxos de caixa das operações descontinuadas	(70)
Provenientes das operações.....	594
Utilizados nas atividades de investimentos.....	
Caixa líquido gerado pela operação descontinuada.....	

	2011		Total
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	
Denominador:			
Média ponderada da quantidade de ações total.....	181.524.080	171.931.800	353.455.880
Quantidade de ações em tesouraria ponderada.....	-	(5.080.868)	(5.080.868)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação.....	181.524.080	166.850.932	348.375.012
% de ações em relação ao total.....	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador - básico:			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações.....	152.822	154.598	307.420
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$.....	0,8419	0,9266	0,8824
Numerador - diluído:			
Média ponderada da quantidade de ações em circulação.....	181.524.080	166.850.932	348.375.012
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada.....	-	3.789.581	3.789.581
Média ponderada da quantidade de ações em circulação.....	181.524.080	170.640.513	352.164.593
Lucro líquido do exercício por ação diluído.....	0,8419	0,9060	0,8729

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente Márcio Garcia de Souza	Claudio Borin Guedes Palaia Fernando A. C. de Arruda Botelho Gilberto Mestriner Stocche Oscar de Paula Bernardes Neto Silvio Tini de Araujo	Diretor-Presidente Márcio Luiz Simões Utsch	Adalberto Fernandes Granjo Carla Schmitzberger Fábio Leite de Souza Fernando Beer Javier Goñi
		Contadora Sueli do Nascimento Ferreira - CRCSP - 1SP163573/O-6	José Roberto Lettiere Marcelo Turri Márcia Costa Rogério Bastos Shimizu

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 16 de março de 2012, analisou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado e Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes sem ressalva da Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 16 de março de 2012, e seus esclarecimentos, concluíram que as demonstrações financeiras acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Adalgiso Fragoso de Faria	Carlos José Cantu	Jorge Michel Lepeltier	José Ferraz Ferreira Filho
---------------------------	-------------------	------------------------	----------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar o procedimento de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alpargatas S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Alpargatas S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

André Rafael de Oliveira

Contador

CRC nº 1 SP 220308/O-1



São Paulo, 16 de março de 2012

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto, para fins de IFRSs, seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, Controladora e Consolidada, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.